DEUS JULGA OS DEUSES
Leitura do Salmo 82

Sebastião Armando Gameleira Soares

1. O texto

1. Deus *se levanta* na assembléia *divina*
   no meio dos *deuses julga:*
2. "Até quando *julgareis* a iniqüidade
   e com a aparência dos *perversos* sereis complacentes?
3. *Julgai* o *oprimido* e o órfão,
   ao pobre e ao miserável *fazei justiça,*
4. libertai o *oprimido* e o indigente,
   da mão dos *perversos* arrancai-os".
5. Não querem saber e nem entender,
   em trevas preferem caminhar
   – abalam-se os fundamentos da *terra.*
6. "Eu declaro: *Deuses* vós sois
   e filhos do Altíssimo *todos.*
7. Contudo, como homem de barro morrereis
   e como qualquer das altezas caireis".
8. *Levanta-te*, Deus, *julga* a *terra,*
   porque Tu tens propriedade sobre *todos* os povos!

Prov. do Paraná e Santa Catarina
BIBLIOTECA CENTRAL
FREIS CAPUCHINHOS

2. O vocabulário

O poema começa e se conclui com a palavra *Deus*. No v. 1, em contraste com os *deuses*. No v. 8, em vez de *deuses*, estão "todos os povos". Faz-se relação clara entre o conjunto dos povos e a assembléia celestial. "Levantar-se" acha-se nos dois versículos, assim como o verbo "julgar". Tudo isso revela que não se pode ler o v. 1 sem ter presente o v. 8. Os *deuses* reaparecem no v. 6 como sinônimo de "filhos do Altíssimo". O v. 6 estabelece o contraste entre deuses/filhos do Altíssimo e "homem de barro"/"altezas".

Uma palavra-chave de todo o poema é julgar. Aparece quatro vezes, o que pode sugerir universalidade. O sentido do verbo não é meramente jurídico, de pronunciar sentenças no tribunal, mas prevalece o *sentido social e político* de governar de acordo com a justiça, a partir da praxe monárquica antiga que vê nos governantes os administradores da justiça e por isso juízes. Muitas vezes, "julgar" e "governar" são equivalentes.

No poema, supõe-se que os governantes sejam encarregados de restabelecer a justiça em favor das categorias pobres e necessitadas, o que seria, teoricamente, a precípua tarefa do rei. Daí, o verbo pode ser traduzido, neste caso, por "restabelecer a justiça" (v. 1.8) ou até "defender" (v. 3: "restabelecer a justiça *em favor de...*"). No v. 2, a tradução poderia ser "defender a iniqüidade", posicionar-se em favor da iniqüidade.

O termo abstrato "iniqüidade" (v. 2) está em paralelismo com "a aparência dos perversos". Por isso, parece melhor traduzi-lo, não no sentido de "julgar com iniqüidade", mas "julgar a iniqüidade". Sugere-se, assim, que os perversos personificam a iniqüidade, os iníquos são a concretização da iniqüidade, são eles que lhe dão consistência histórica.

"A aparência dos perversos..." deveria ser traduzido literalmente por "a face dos perversos levantais". É referência ao cerimonial de corte: quando alguém ofendia o monarca humilhava-se diante dele, de cabeça baixa. O monarca, então, podia, complacentemente, levantar a face do ofensor, em sinal de benevolência. No contexto do poema, isso sugere compreensão em face da injustiça, complacência, cumplicidade. A frase anterior, em paralelismo, é "defendeis a iniqüidade". Poder-se-ia traduzir por "*tomareis o partido* dos perversos". "Face" é aparência, aspecto exterior. Trata-se de fazer acepção de pessoas ou grupos.

No v. 3, "julgar" é claramente sinônimo de "fazer justiça". Em contraste com a "*aparência* dos perversos", aparece a terminologia que faz desfilar diante de nós a *aparência* dos que necessitam realmente de justiça: magro (oprimido), órfão, pobre, miserável, indigente (mendigo).

O v. 4 não deixa dúvidas quanto ao sentido de "julgar": *libertar* e, mais enfaticamente ainda, *livrar, "arrancar"*, como se livra a presa dos dentes de uma fera.

No v. 5 o vocabulário sugere a cegueira: não saber, não entender, *caminhar em trevas*. Como não há luz donde a luz deveria vir, estabelece-se o caos. O pano de fundo é a simbologia da Criação: trevas, "fundamentos" da terra, caos.

No v. 6 volta o vocabulário relativo aos deuses: deuses e filhos do Altíssimo. "Altíssimo" sugere a altura divina e celeste a que os deuses se elevam. Mas, na verdade, quem são esses deuses? O v. 7 responde: não passam de *homem de barro*. O texto original contém a palavra *adam*. Ora, *adam* é o termo masculino correspondente a *adamah* (terra, barro). Morrer é justamente voltar a dissolver-se no barro da terra, como se pode ver em Gn 3,19 e Sl 146,3-4. "Morrer" contrasta com "deuses", pois o caráter típico da divindade é a imortalidade. "Altezas" (príncipes, elevados) corresponde a "filhos do Altíssimo". Mas qual é o seu destino? Cair, desabar das alturas.

Na conclusão do poema, o Deus que restabelece a justiça na terra é o rei de quem todos os povos são a propriedade. A ação histórica de restabelecer a justiça em favor dos oprimidos (v. 1-4) tem como fundamento último o próprio ato criador: tudo é de Deus, é Ele o dono.

Entre os v. 6-8 o texto joga com os pronomes pessoais. Começa-se acentuando a solene declaração divina: Eu declaro. E faz-se um evidente e irônico contraste entre "deuses *vós* sois" e "Tu tens propriedade sobre todos os povos", o que indica a nulidade daquelas falsas divindades, ou seja, "só Tu és verdadeiramente Deus".

3. Estilo e expressividade do texto

O texto consegue criar uma atmosfera de solenidade. Estamos no ambiente do tribunal. Quase se vê o rei-juiz que se levanta e lança em rosto dos acusados o seu libelo acusatório. A pergunta inicial é pergunta retórica que equivale a acusação formal no processo. Nos v. 3-4 a repetição pelos paralelismos sinonímicos enfatiza o objeto da acusação. Além disso, a terminologia usada para designar as categorias pobres, cuidadosamente escolhida a partir da tradição, consegue fazer desfilar a nossos olhos a tragédia: oprimidos e miseráveis feito presas, como se fossem carne de animais a ser devorada; homens poderosos feito feras; suas mãos, garras de que os pobres devem ser "arrancados". E o texto consegue transmitir o sentimento de impaciência: "Até quando?", e de urgência: "Arrancai-os!", como se se dissesse: "Apressai-vos a arrancar!" E indica-se o contraste entre o que está acontecendo (v. 2) e a tarefa que deve ser assumida (v. 3-4).

O v. 2 é particularmente expressivo. Como já vimos, o paralelismo sinonímico sugere a equivalência entre "iniqüidade (substantivo abstrato) e "perversos" (substantivo concreto), como se a iniqüidade fosse personagem histórica. Os homens perversos são, na verdade, a encarnação concreta da iniqüidade. O mesmo que vemos na Epístola aos Romanos quando se personificam a Lei e o Pecado. E está subjacente uma amarga ironia: os deuses, supremos juízes, por incrível que pareça, "defendem a iniqüidade". Finalmente, a cumplicidade se expressa pela cena de corte que se reproduz a nossos olhos: criminosos prostrados diante do rei que, com complacente benevolência, lhes levanta a face e os ergue à sua altura. Poderíamos até traduzir: "Até quando *sustentareis* a face dos perversos?"

Veremos que o v. 5 tem lugar especial na arquitetura do poema. A repetição dos verbos quer enfatizar o espetáculo da cegueira: não querem saber, nem entender, em trevas caminham. Ressaltam-se as trevas. Não há luz donde deveria vir a luz, isto é, dos deuses. Por isso não há "mundo", "cosmo" (harmonia, beleza, organização), espalha-se o caos e as próprias "colunas" da terra não têm firmeza. Ora, são justamente os deuses que devem comunicar solidez e ordem ao universo. Esse quadro de escuridão e caos aparece bem no centro do poema. Muda o sujeito que fala e o destinatário. Pode ser o salmista que se volta para o público que assiste ao julgamento e comenta a gravidade do que está em jogo.

Do v. 1 ao v. 4 usa-se repetidamente o quiasmo que chama a atenção para o elemento central: a assembléia divina (v. 1), os perversos (v. 2), os pobres (v. 3-4). E o v. 5 se constrói de tal maneira que deixa no centro a expressão "em trevas":

"não sabem, não entendem
em trevas
caminham, abalam-se..."

Muito expressivo é o contraste que se vê nos v. 6-7: deuses (imortais) x adam (barro mortal); filhos do Altíssimo – altezas (elevados) x queda.

Do ponto de vista estilístico, é interessante notar a diferença de tom entre os dois versículos correspondentes, no início e no fim do poema. No v. 1 contempla-se o fato (indicativo) de Deus se levantar na assembléia; no v. 8 interpela-se (imperativo) Deus a levantar-se. É como se a certeza do que se passa no céu (a natureza de Deus: Justo) fosse o fundamento para esperar que Deus atue na terra sem demora. E no último versículo emprega-se uma palavra especialmente densa do vocabulário de Israel: "propriedade", "herança", a *nahalah* (aqui aparece o verbo *nhl*), estendida à universalidade dos povos da terra (cf. Ex 19,3-6; Sl 47).

Já se mencionou o contraste Eu-Tu-vós (v. 6-8).

4. Gênero literário

O poema se aproxima dos textos de processo. Levanta-se o rei-juiz (v. 1), proclama a acusação (v. 2-4), enfatiza-se a circunstância agravante (v. 5), declara-se a sentença de condenação capital (v. 6-7).

O v. 8 é uma prece que convoca Deus a atuar conforme a certeza de fé proclamada de v. 1-7. Mais que prece é aclamação, o Rei toma o lugar dos juízes e vai exercer finalmente os deveres por eles traídos (v. 3-4). É como se o povo, presente ao julgamento, no fim se manifestasse aclamando o Deus que se levanta "para julgar".

5. Estrutura do texto

Para determinar a estrutura do poema, é preciso ter em vista alguns dados importantes.

O v. 1 e o v. 8 formam uma evidente inclusão pelo uso intencional do mesmo vocabulário: Deus, levantar-se, julgar. Há, porém, uma mudança: no v. 1 a cena se passa no céu e os acusados são os deuses; no v. 8 a cena se passa na terra e os acusados são "todos os povos". O poema abarca toda a amplidão do horizonte: céu e terra, deuses e seres humanos. E mais ainda: parece dizer que o julgamento dos deuses, nós o percebemos no julgamento dos povos, como se se tratasse de dois planos do mesmo julgamento. É o que parece claro pelos v. 6-7.

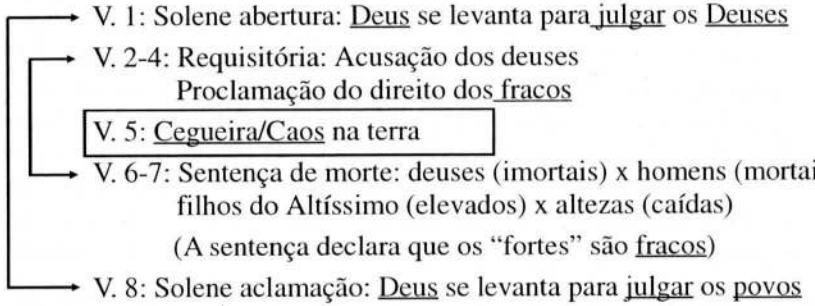
Julgar é claramente o fio condutor do texto. O verbo aparece quatro vezes e em momentos estratégicos: v. 1, 2, 3 e 8. E ainda ecoa em sinônimos: "fazer justiça" (v. 3), "libertar" e "arrancar" (v. 4). O número quatro pode indicar universalidade.

Há uma clara inclusão entre v. 2 e v. 4, com o termo que designa "os perversos". E a construção joga com o contraste: em vez de complacência com os perversos, o dever dos "deuses" é "arrancar" de suas garras os oprimidos.

O v. 5 se destaca. Não tem como sujeito gramatical a segunda pessoa do verbo, mas a terceira. E não é nem acusação, nem condenação, mas tem o tom de comentário voltado para o público que assiste ao julgamento. Leva a questão a seu ponto mais radical e profundo: "os fundamentos da terra".

Olhando o conjunto da construção, percebe-se que essa se faz em quiasmo. O v. 1 e 8 se correspondem claramente como já foi indicado. Os v. 2-4 formam um círculo pela inclusão delimitada pelo termo "perversos" e correspondem à peça de acusação no processo. Nos v. 6-7 vem a correspondente condenação à morte. Entre v. 6 e 8 há uma articulação intencional pela palavra "todos": "deuses" e "filhos do Altíssimo" é a altura arrogante a que se elevam os povos. Sentimento semelhante têm os príncipes no Sl 2. O v. 5 permanece isolado no centro da construção, ressaltando as trevas da cegueira, verdadeira condição dos poderosos, obstinados em seu não saber, nem entender. Na Epístola aos Romanos fala-se que os povos "se perderam em vãos raciocínios e seu insensato coração foi *entenebrecido* (mergulhado em trevas)" (Rm 1,21).

Poder-se-ia fazer o seguinte esquema do conjunto:



6. Mensagem do texto

O ponto de partida do poema é o imaginário religioso cananeu. No panteão celeste há um Deus supremo – El – que preside a assembléia divina e se encarrega particularmente do restabelecimento da justiça. Essa dimensão celeste (mítica) do governo do mundo é o fundamento de sua dimensão terrestre: a terra deve corresponder ao céu ("Assim na terra como no céu..."). É exatamente essa a estrutura do poema.

Que seja a justiça um dos atributos mais essenciais de Deus é o que se vê abundantemente na Bíblia. Basta reler os textos proféticos. Mas não se parte do conceito formal ou abstrato de justiça, como se "todos fossem iguais perante a lei". Parte-se realisticamente do conflito histórico entre ricos e pobres, opressores e oprimidos. De um lado, estão os "perversos", identificados como ricos e opressores[1]; doutro lado, desfilam os "magros", a gente sem proteção, os pobres rebaixados ao pó

1. Cf. a análise que se faz do Salmo 1, que abre o saltério, e põe frente a frente justo e perverso, em *Reflexos da Brisa Leve*, Centro de Estudos Bíblicos, 1991, p. 60-81. É freqüente na Bíblia identificar "perverso" com rico e opressor, sanguinário e violento.

da terra, inferiorizados (cf. Am 2,6s), as pessoas indigentes, desprovidas de tudo, miseráveis e mendigas. Os v. 3-4 assim apresentam os oprimidos, empregando vários termos, como se quisessem enfatizar a tragédia de sua condição e fazer desfilar a nossos olhos sua multidão.

Julgar é tomar posição em favor do restabelecimento da justiça no seio do conflito da opressão. Fala-se da justiça considerando-a em seu conteúdo sociológico, isto é, econômico-sócio-político, e não jurídico-formal. Por isso, estar do lado da justiça, "exercer justiça" é *restabelecer* a justiça em favor das categorias injustiçadas, juiz é justiceiro, é ser *goel*, redentor. É ação sociopolítica para arrancar a presa da garra de animais ferozes, é luta e combate para "libertar" oprimidos.

A legislação bíblica insiste nisso (cf. Dt 1,16-18; 16,19; Lv 19,15). Mas não só Israel espera que os deuses façam justiça. Essa é uma expectativa também dos povos seus vizinhos. Na Suméria se orava assim: "Não dizem as viúvas: Tu és nosso marido? Não dizem os pequenos: Tu és nosso pai e nossa mãe? Os ricos têm orgulho de Ti e os pobres veneram a tua face. O prisioneiro se volta para Ti e o enfermo Te invoca". Na Babilônia assim se louva Ixtar: "Todas as pessoas rendem homenagem ao teu poder. Tu julgas o povo com justiça e segundo a verdade. Tu cuidas do oprimido e do humilhado e lhes dás prosperidade". Na Acádia, assim se canta a Xamax, o deus solar, lá pelos anos 1200 a 1100 aC: "Ao juiz iníquo Tu impões as cadeias, a quem aceita presentes e não é justo impões o castigo. Quem não aceita dinheiro e protege o fraco agrada a Xamax, prolonga a própria vida..." No Egito se invocava Amon: "Ó Amon, escuta um pobre, sem riquezas, e que se apresenta sozinho diante do tribunal. O tribunal exige ouro e prata para os escribas e vestes para os funcionários. Que Amon sustente o rosto do juiz para que o pobre saia livre. Faça-se justiça ao pobre, possa ele vencer o rico!"[2]

É verdade, a justiça é a tarefa dos deuses. Só que a experiência mostrava que os deuses garantiam o sistema de iniqüidade. Seus "filhos", reis e príncipes, impunham aos povos sua vontade e seus interesses prepotentes. A partir da experiência da opressão legitimada em nome das divindades celestes, vai-se chegando a uma certeza: no panteão dos deuses só Javé é *verdadeiramente* Deus, os outros não passam de ídolos, vazios, sem valor (cf. Sl 89,6-9; 96,4-5; 97,7; Is 41,21-29). Pois, se a justiça é o critério de autenticidade da divindade, só Javé pode ser reconhecido como Justo, só Ele não faz acepção de pessoas e assume a tarefa divina de redimir quem está sofrendo opressão e injustiça.

O Salmo 146 é um texto paralelo muito importante para compreender nosso poema. Com fundamento na Criação, proclama-se que Javé é o defensor das viúvas, dos órfãos e de todas as pessoas "encurvadas", "cegas", "prisioneiras", "famintas", "oprimidas", incluindo até quem é estrangeiro. Ele é realmente o Deus "que ama quem é justo e transtorna o caminho de quem é perverso". Por isso só Ele reina para sempre. Sim, porque "só a justiça é imortal" (Sb 1,15), ou seja, só o Deus justo é realmente Deus.

2. Textos citados em G. RAVASI, *Il Libro dei Salmi*, vol. II, p. 712.

E quem são os "deuses"? Nosso poema já nos dá uma indicação muito clara, quando põe em paralelismo as frases do v. 1 e do v. 8: a "assembléia divina" corresponde à assembléia de "todos os povos". Em Is 3,13 diz-se quase o mesmo que em nosso poema (v. 1), mas ali "Javé levantou-se para acusar, está de pé para *julgar os povos*". Deuses são os governantes das nações que se exaltam às alturas divinas. Todo o cerimonial de corte ressaltava essa ideologia da divinização do monarca e dos príncipes. Um eco disso temos nós em textos como o Sl 2 e o Sl 110. Ezequiel denuncia essa ideologia de legitimação do poder em 28,1-10. A mesma denúncia aparece no livro de Daniel (cf. Dn 3 e 4) e no livro da Sabedoria (cf. Sb 14,16-21).

O Salmo 58 é claríssimo a esse respeito:

> "É verdade que decidis com justiça, ó seres divinos?
> Que julgais retamente os filhos de Adão?
> Longe disso! É de coração que praticais a injustiça,
> fazendo pesar sobre a terra a violência de vossas mãos.
> Os perversos se desviaram desde o seio materno.
> ....."

A moldura de nosso salmo é a mitologia cananéia da "assembléia divina", El levantando-se no meio do panteão divino para estabelecer a justiça. A experiência histórica era a da divinização da corte, imitação do mundo celeste. Mas, por sob esse quadro mítico, está uma reflexão teológica que enfrenta corajosamente a problemática do conflito social, algo que se poderia dizer com a terminologia posterior do Apóstolo Paulo: "Se bem que existam aqueles que são chamados deuses, quer no céu, quer na terra – e há, de fato, muitos deuses e muitos senhores – ..." (1Cor 8,5). Diante dos poderes do mundo que reivindicam a condição divina, faz-se necessário discernir quem é realmente Deus. E o critério do discernimento é a proclamação e a restauração da Justiça. Pois só a prática da justiça mantém a Criação em suas bases firmes.

É clara a percepção de que a injustiça praticada pelos poderosos provoca o caos no mundo, "abala os fundamentos da terra". Toda a ordem se inverte, até a ordem da Natureza. Percebe-se muito bem a relação entre Ecologia e Economia: as relações na sociedade afetam toda a realidade em torno de nós. A injustiça humana desencadeia o caos por toda a terra. Essa intuição é evidente na Bíblia. Além da violência, a própria Natureza se corrompe e se torna ambiente de morte: participa da "corrupção" e do "vazio" humanos (cf. Rm 8,20s; Os 4; Gn 3,17-19; Sb 14,16).

Quando se fala de "fim do mundo", comumente vem-nos à mente o quadro do julgamento divino. E imagina-se o cenário medieval do juízo do último dia. E qual o conteúdo do processo? Quantas pregações não martelaram em observâncias religiosas ou em atitudes individualistas e íntimas diante de Deus! E quanta insistência na pureza de costumes sexuais! No entanto, o eixo do julgamento, segundo a Bíblia, é a prática da justiça, a posição que assumimos diante de quem sofre debaixo do peso do sistema do mundo. O povo de Deus sabia muito bem de que falava. Experimentara a opressão por obra de seus próprios poderosos durante a monarquia, tantas vezes denunciada

pelo profetismo. No tempo da composição deste salmo sofria sob a opressão de poderosas nações estrangeiras. Desde o século VIII aC até o século II dC, quase sem interrupção caiu nas garras das grandes potências da época, da opressão da monarquia nacional à dominação do imperialismo.

Quando Deus julga, seu juízo se refere à sua obra. Ora, a obra de Deus é a criação, é o mundo, com sua organização e sua ordem. E a justiça é o eixo de sua *preservação* e de sua *consumação*. É o que vemos em todas as correntes presentes na Bíblia: na legislação deuteronomista e na legislação sacerdotal; no profetismo e na reflexão sapiencial; nos Salmos e na apocalíptica.

O mandamento não é só não oprimir e não roubar, é muito mais ainda. É defender, libertar e "arrancar" quem é oprimido das "garras" de seus opressores[3]. Trata-se de restabelecer a justiça pela tomada de posição em favor de toda pessoa necessitada e aflita: "julgar" é redimir, é tornar-se "goel", parente próximo que resgata.

Jesus porá, como condição para participar do Reinado de Deus, acolher os pequeninos e tornar-se servo a ponto de entregar a própria vida "em resgate por muitos" (cf. Mc 9,37; 10,45). O julgamento final de Deus vai-se dando em face de nossa tomada de posição histórica diante das pessoas necessitadas. Socorrer ou não socorrer as pessoas necessitadas de justiça é ato "final" ou *escatológico* porque com essas o próprio Filho de Deus se identifica: é resposta a Deus mesmo. O juízo de Deus não se situa numa espécie de momento mítico no "final dos tempos". Deus nos julga no coração de nossa prática histórica: "Vem a hora e é agora" (Jo 5,25). A cena do "juízo final" em Mateus 25,31-46 é magistral: estamos sendo julgados em cada tomada de posição diante de quem se acha à margem do caminho. E Jesus é radical. Não temos de esperar nem que alguém nos peça socorro. Nosso "próximo" não é necessariamente quem já está perto de nós, não se identifica "naturalmente": nós é que somos chamados(as) a constituir as pessoas como nosso próximo. A pergunta não é: "Quem é o meu próximo?", mas "qual dos três, em sua opinião, foi o próximo do homem que caiu nas mãos dos assaltantes?" (cf. Lc 10,29-37). Para atuar a justiça, é preciso "sair em busca" (cf. Lc 15). A atualidade de nosso julgamento "final" está bem fortemente proclamada em Jo 3,18-21: "Quem nele crê não é julgado; quem não crê *já está julgado*... Este é o julgamento: a luz veio ao mundo, mas as pessoas *preferiram as trevas* à luz, porque as suas obras eram más..."

Sebastião Armando Gameleira Soares
Comunhão Anglicana
Caixa Postal 27
53001-970 Olinda, PE

3. É comum nos salmos o uso da metáfora dos animais ferozes para designar e caracterizar os perversos em sua violência contra os pobres. Cf. por exemplo Sl 10,30; 17,12; 22,12-17; 35,16-17; 58,5-7...